

Campanha Salarial de Rádio e TV 2017-2018

Assembleias decidirão o rumo da Campanha Salarial

Participe e reforce a luta pela preservação dos nossos direitos

A mesa-redonda realizada no Ministério do Trabalho, em 13/3, a nosso pedido, entre o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) e o Sindicato das Empresas de Rádio e TV (Sertesp), confirmou o difícil quadro da Campanha Salarial deste ano: as empresas apresentaram uma proposta de 46 pontos para a nova Convenção Coletiva (retiraram 9 cláusulas) e não aceitaram, até agora, negociar nenhum ponto.

Os jornalistas, fazendo um enorme esforço de negociação, aceitaram até agora 39 cláusulas propostas, concordaram em perder certos direitos (como a diária de viagem, por exemplo). Para fechar o acordo faltam quatro cláusulas negociadas em mesa, com redação feita por nós para ser aprovada, dois pontos que propomos retirar para facilitar o acordo (controle de jornada e os pontos de imposto sindical e contribuição assistencial) e seis cláusulas pendentes (quinqüênio, férias, verbas rescisórias, terceirização, rescisão contratual e amplitude da convenção).

A conclusão da mesa-redonda foi a seguinte: temos até 27 de março para enviar uma eventual nova proposta, que a bancada enviará para as empresas e, depois, nos dará uma resposta. Neste cenário, temos nossas assembleias.

Proposta patronal

Aprovar a proposta patronal, além dos 2,5% de reajuste, da PLR e de outros direitos existentes na CCT, significa:

- aceitar a possibilidade de redução de 43% dos salários de jornalistas contratados por 5 horas que fazem regularmente, ao menos, duas horas extras por dia;
- permitir às empresas quebrarem as férias de todas e todos em três períodos à escolha das emissoras;
- abrir mão do limite de 21 horas extras mensais no banco de horas, liberando totalmente;
- permitir a compensação ou pagamento em até seis meses do banco de horas;
- entregar às empresas a decisão sobre reduzir o intervalo intrajornada segundo as conveniências delas;
- aceitar a perda do quinqüênio, da estabilidade pré-aposentadoria, da estabilidade de um mês após a licença-maternidade;
- abrir mão de ter proteção contra qualquer aspecto da reforma trabalhista (que deixa jornalistas de fora da Convenção Coletiva).

Em suma, significa aceitar a imposição patronal, sem nenhuma negociação, de um acordo que retira inúmeros direitos.



Sindicato dos
JORNALISTAS
NO ESTADO DE SÃO PAULO

MURAL informativo

CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

FENAJ
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

O que falta para fechar

Se quiser olhar direto na proposta, veja no link da matéria em nosso site: <http://bit.ly/2EqUzGu>
As quatro cláusulas com redação negociada são a 8ª (autorização para desconto em folha), 20 (estabilidade para gestante), 27 (estabilidade pré-aposentadoria) e 39 (folgas).

Por divergências difíceis de superar, e para não prejudicar o conjunto do acordo, propusemos retirar da Convenção os pontos 10 (controle de jornada), e, na cláusula 40, as duas primeiras partes (imposto sindical e contribuição assistencial).

As seis cláusulas sobre as quais há divergências para fechar são:

- cláusula 7ª (quinqüênio): queremos manter o direito;
- cláusula 38 (férias): as empresas querem ter o direito de determinar a quebra de três períodos nas férias dos jornalistas segundo suas conveniências. Queremos preservar o direito legal de o trabalhador não quebrar as férias, e impedir o uso do período menor para escala de final de ano;
- cláusula 47 (verbas rescisórias): já presente na CCT passada, estipula regras de recebimento das verbas rescisórias em caso de demissão;
- cláusula 49 (rescisão contratual): mantém mecanismo de assistência do Sindicato ao jornalista em caso de demissão (antiga homologação), mas de forma apenas via internet;
- cláusula 48 (terceirização - nova): visa basicamente garantir que todas(os) as(os) jornalistas têm direito à Convenção Coletiva (piso salarial e o restante), mesmo se houver terceirização;
- cláusula 50 (amplitude da Convenção Coletiva - nova): garante o direito à Convenção Coletiva para todas e todas, independentemente de faixa salarial.

Rumo da Campanha Salarial

As assembleias discutirão se, a partir da mesa-redonda, devemos ou não ainda fazer um último esforço para apresentar uma nova proposta para apreciação das empresas. Além disso, a direção do SJSP considera que está colocado para as assembleias debaterem os seguintes pontos:

- Exigência às empresas da abertura de verdadeiras negociações, na qual pontos apresentados pelos jornalistas possam ser incorporados à Convenção Coletiva;
- Importância do Manifesto dos Sindicatos dos Artistas, Jornalistas e Radialistas, registrando o início de uma união das três categorias, pelo objetivo comum de garantir os direitos trabalhistas e as condições de trabalho de todas e todos;
- Decisão de adotar o Estado de Greve, para, caso permaneça a intransigência das empresas, avançarmos para formas de mobilização do conjunto da categoria para pressionar as empresas a fecharem o acordo;
- Decisão de fazer um DIA DE PROTESTO, em 27 de março, pelo fechamento do acordo salarial, com todos VESTIDOS DE PRETO.

Publicação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo
Rua Rego Freitas, 530 - Sobreloja. São Paulo - SP / Tiragem: 1000 exemplares
Contato - Tel.: (11) 3217-6299 / E-mail: jornalista@sjsp.org.br / Site: www.sjsp.org.br
Secretária de Cultura e Comunicação: Lilian Parise
Coordenadora de Comunicação: Flaviana Serafim - MTb. 83.170/SP
Nº 1268 – Março de 2018

MURAL
informativo